

A ECONOMIA POLÍTICA DA VELHA GUERRA FRIA E A NOVA “GUERRA FRIA” ECONÔMICA DA ATUALIDADE: O QUE MUDOU, O QUE FICOU?

Paulo Roberto de Almeida*

RESUMO

Ensaio de síntese analítica sobre a velha Guerra Fria geopolítica e de exploração conceitual em torno de uma possível nova “guerra fria” econômica, com as necessárias distinções históricas entre os dois períodos, focados sobretudo nos aspectos de governança econômica e de relevância para as instâncias decisórias. Enquanto a velha Guerra Fria tinha um caráter dicotômico bem marcado, com a oposição de princípio entre a URSS e os EUA, a nova “guerra fria” econômica tem contornos bem mais difusos, com uma imbricação de fato entre os dois grandes atores, os EUA e a China. Não se vislumbram grandes progressos práticos na coordenação econômica global, embora no plano puramente conceitual não subsistam mais propostas de alteração radical da ordem econômica atual, a da globalização capitalista.

Palavras-chave: Guerra Fria. Globalização. EUA. China. Governança econômica.

ABSTRACT

Brief analytical essay about the old geopolitical Cold War and an excise of conceptual exploration over a possible new economic “cold war”, with due historical distinctions between the two periods, focusing mainly on aspects of economic governance and the relevant decision making process. While the old Cold War was characterized by a clear dichotomy between USSR and the USA, the new economic “cold war” is more diffuse, with a de facto imbrication between the two big actors, USA and China. There is no prospects for big advances in the global economic coordination, but at a purely conceptual level there are no remaining proposals for a radical transformation of the current economic order, that of the capitalist globalization.

Keywords: Cold War. Globalization. USA. China. Economic governance.

* Diplomata, Professor de Economia Política Internacional no programa de Mestrado e doutorado do Centro Universitário de Brasília (Uniceub); email: www.pralmeida.org; pralmeida@me.com.

DA VELHA GUERRA FRIA POLÍTICA A UMA NOVA “GUERRA FRIA” ECONÔMICA

A Guerra Fria geopolítica está encerrada definitivamente, ao que parece. A despeito de tensões políticas “normais” e de fricções comerciais entre as grandes potências, não existem mais concepções totalmente opostas sobre como organizar o mundo, economicamente ou politicamente. Ninguém mais está dizendo algo semelhante a “nós vamos enterrar vocês”, como ocorreu no passado, em relação ao capitalismo de mercado, a partir da fala de um líder soviético, Nikita Krushev. Daniel Bell, um sociólogo americano ex-trotsquista, já tinha antecipado, desde meados dos anos 1950, o “fim das ideologias”, julgamento confirmado, em certa medida, por Francis Fukuyama, em seu famoso trabalho sobre o “fim da História” (no sentido hegeliano do termo)¹. No que depender, entretanto, de personalidades como Eric Hobsbawm, e de alguns últimos *true believers* do mesmo tipo, as ideologias políticas e econômicas ainda têm um brilhante futuro pela frente.

No plano político, a Guerra Fria esteve identificada à confrontação bipolar entre as duas grandes potências vencedoras da Segunda Guerra Mundial e ao seu monopólio quase exclusivo sobre armas de destruição em massa (junto com seus vetores de lançamento). A maior parte dos demais países se submetia a esse ordenamento bipolar, embora um “movimento não-alinhado” tentasse coordenar posições que procuravam escapar dos padrões rígidos e da lógica maniqueísta que separavam os países do capitalismo avançado dos proponentes da alternativa socialista. Nunca houve uma solução final a este dilema, pela simples razão que não ocorreu nenhum enfrentamento final entre os dois sistemas: o fato é que o socialismo acabou! Mais exatamente, ele deu dois suspiros, por inoperância econômica, e depois morreu. Descanse em paz!

No plano econômico, a ordem liberal era claramente preeminente em termos de produção, comércio, finanças e tecnologia – tendo como fulcro as organizações de Bretton Woods e o GATT –, muito embora o socialismo congregasse boa parte das terras emersas (e seus imensos recursos naturais) e quase a metade da população mundial, nos seus dois grandes polos de liderança, a União Soviética e a República Popular da China; mas ambas eram claramente medíocres em termos de produtividade e de avanços tecnológicos.

¹ Ver Francis Fukuyama. “The End of History?”, *The National Interest*, n. 16, Summer 1989, p. 3-18; Paulo Roberto de Almeida, “O Fim da História, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou?”, *Meridiano 47*, n. 114, janeiro 2010, p. 8-17; disponível: <http://meridiano47.files.wordpress.com/2010/05/v11n1a03.pdf>.

Essa Guerra Fria terminou, pela implosão do comunismo na União Soviética, pela conversão das demais “democracias socialistas” em economias de mercado e por reformas radicais no socialismo chinês, que resultaram na maior experiência conhecida na história de transição do socialismo ao capitalismo.

O que estamos assistindo atualmente, na verdade, é a uma “guerra fria” econômica, ou algo próximo disso. De fato, não parece haver nada capaz de provocar uma confrontação em grande escala entre as maiores potências da atualidade. O que temos, na presente conjuntura, são fricções comerciais e desalinhamentos monetários, num cenário de ajustes necessários para enfrentar a última (ou a mais recente) crise financeira do capitalismo. Existem disputas políticas sobre como as políticas econômicas nacionais devem levar em consideração seus impactos sobre a situação econômica de outros países, mas nada além disso.

Como Mark Twain poderia ter argumentado, os rumores sobre uma guerra cambial global são grandemente exagerados. É certo que ainda não se superou totalmente a crise financeira iniciada em 2007-2008, mas ela é apenas uma, dentre muitas outras, que afetam mercados dinâmicos de forma recorrente desde o começo do capitalismo. Profetas da crise final do capitalismo e outros utopistas do gênero vão novamente se sentir frustrados dentro de algum tempo (sem reconhecer o fato, claro).

O presente texto pretende se concentrar, primeiro, nos aspectos econômicos da “velha” Guerra Fria, verificando, depois, em que condições se desenvolve a atual geoeconomia planetária, caracterizada pelo declínio relativo do centro capitalista (EUA e Europa ocidental) e pela “ascensão do resto”, com a China e outros emergentes dinâmicos à frente. A tese central é a de que a velha Guerra Fria foi enterrada em suas características mais elementares – persistindo sempre certa tensão entre os grandes atores estratégicos – mas que se instalou, ou então permanece, e ganha novas feições, uma guerra fria econômica. Esta se dá, basicamente, entre os velhos representantes do capitalismo global, ou seja, as democracias de mercado da zona euro-atlântica – e dispensa qualquer papel de relevo atribuído à Rússia, relegada a uma posição de mera fornecedora de commodities energéticas (gás e petróleo) – e ocorre, essencialmente, entre dois grandes atores da atualidade: os EUA e a China, ambos dependentes, de modo paradoxal, um do outro: a China, pelo lado comercial, os EUA, pelo lado financeiro. Nenhum deles tem interesse em enfraquecer o outro: seria suicidário.

A “VELHA” GUERRA FRIA E SUA ECONOMIA POLÍTICA

Não é o caso, neste trabalho, de retomar a história da Guerra Fria, cujos

traços mais característicos foram enfatizados durante todo o seu período de desenvolvimento por especialistas reputados e que mereceu ampla literatura a respeito. Seus momentos mais decisivos, nos planos estratégico, militar, e propriamente político-diplomáticos, são bem conhecidos, bastando enfatizar alguns temas, de resto suficientemente explorados em trabalhos de síntese como os de John Lewis Gaddis e outros². Entre esses momentos, os seguintes adquirem importância especial, no plano político-estratégico: o anúncio da chamada “doutrina Truman” (março de 1947), seguido do Plano Marshall (em junho desse mesmo ano); a primeira crise de Berlim (no início de 1948), acompanhada de diversas medidas que efetivamente instalaram um clima de “guerra fria”, amplamente presente nos escritos de George Kennan (como a criação da OTAN, por exemplo, em 1949, cujo conceito central, aliás, retoma os princípios do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, de solidariedade continental)³.

No caso do Brasil, o momento significativo, nesse ambiente, foi o rompimento de relações diplomáticas com a URSS e a interdição do Partido Comunista. Em 1949, a URSS conseguia equiparar-se estrategicamente aos EUA, ao fazer explodir sua primeira bomba atômica (ela seria seguida, pouco tempo depois, por artefatos termonucleares, tanto americanos, quanto soviéticos). A tomada do poder na China pelos comunistas, em 1949, assinala outro momento “alto” da Guerra Fria, aliás temporariamente tornada “quente”, com o conflito militar entre as duas Coreias, que serviu de “proxy war” entre esses três grandes atores (assim como ocorreria, mais tarde, no caso do Vietnã); os “desenvolvimentos” nucleares levam, pouco depois, à formulação da doutrina MAD, ou seja, a destruição mutuamente assegurada no caso de um enfrentamento direto entre eles, o que felizmente jamais ocorreu.

Depois da construção do muro de Berlim (1961), o mais próximo que se chegou de uma possível confrontação entre as duas superpotências foi a crise dos foguetes soviéticos em Cuba (outubro de 1962); a China explode

² Cf. John Lewis Gaddis, *The Cold War: A New History*. New York: Penguin, 2005. Sobre as relações estratégicas na era contemporânea, ver: Paulo Roberto de Almeida, *Os Primeiros Anos do Século XX: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2001; “Uma paz não-kantiana?: Sobre a paz e a guerra na era contemporânea”, In: Eduardo Svartman, Maria Celina d’Araujo e Samuel Alves Soares (orgs.), *Defesa, Segurança Nacional e Forças Armadas: II Encontro da Abed*. Campinas: Mercado de Letras, 2009, p. 19-38; disponível: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1987PazNaoKantianaABEDbo ok.pdf>.

³ Sobre as origens da Guerra Fria, ademais das memórias de George Kennan, ver a excelente análise de Daniel Yergin em *Shattered Peace: The Origins of the Cold War and the National Security State*. New York: Houghton Mifflin, 1977.

seu primeiro artefato nuclear em 1964, quando os EUA iniciavam seu envolvimento no conflito do Vietnã, que serviu de teste para a “doutrina do dominó”, com seus altos e baixos pelas duas décadas seguintes. Mas é um fato que, logo ao início dos anos 1970, EUA e URSS dão início a discussões sobre o desarmamento ou a contenção nuclear (tratados SALT e outros mecanismos de limitação de armas estratégicas, como os tratados ABM, sobre mísseis balísticos); o presidente Nixon também corrige os equívocos cometidos em relação à China, que ingressa na ONU e no seu Conselho de Segurança, em substituição a Taiwan, que permanece até hoje como uma relíquia da Guerra Fria. A reaproximação entre a China e os EUA altera os equilíbrios geopolíticos planetários, sem que no entanto as oposições ideológicas desvanescam (aliás até hoje em certas mentes emboloradas); dali em diante se tem a “coexistência pacífica”, ocasionalmente perturbada por conflitos periféricos, mas relativamente contidos pelos grandes, numa reprodução kisingeriana da paz europeia do século 19.

Fora, parcialmente, do contexto da Guerra Fria situam-se alguns episódios que vale mencionar, como a guerra do canal de Suez, em 1956, que viu, pela primeira vez, EUA e URSS do mesmo lado, contra velhas potências imperiais europeias (França e Grã-Bretanha) e que apressa, a partir de 1960, o fim do colonialismo e o surgimento político do chamado Terceiro Mundo; no caso do Brasil, se assiste, a partir de 1961, à chamada Política Externa Independente (de Afonso Arinos e San Tiago Dantas), que permitirá o reatamento com a URSS e o estabelecimento de relações com outros países socialistas (sem a China, contudo, que terá de esperar até 1974); mas em 1964, com o golpe militar, ocorre novo realinhamento aos EUA, cuja evidência mais explícita foi a participação de tropas brasileiras na “pacificação” da guerra civil na República Dominicana, em 1965. No plano global, o entendimento entre três grandes potências nucleares resulta no Tratado de Não Proliferação (1968), que o Brasil recusará durante três décadas aproximadamente, aceitando-o na presidência FHC, como aliás as duas outras potências nucleares, França e China.

Mais interessante, para fins deste trabalho, seria sublinhar, não tanto os momentos decisivos, mas os processos relevantes que caracterizaram a ordem econômica mundial no período da Guerra Fria (na verdade, em grande medida, independente dela, mas de certa forma influenciada por ela, como se verá). O marco inicial é dado, obviamente, pela criação das instituições de Bretton Woods, quando não se imaginava ainda que pudesse haver Guerra Fria e quando a URSS era aliada e participou plenamente desses atos fundacionais. Curiosamente, aliás, os instrumentos constitutivos do FMI e do Banco Mundial, a despeito de concebidos essencialmente para economias de mercado, faziam largas concessões a sistemas dirigistas e a

economias dominadas por Estados centralizados, para justamente acomodar as necessidades da então única economia socialista existente no mundo.

Os Estados Unidos e a Grã-Bretanha foram os principais, se não exclusivos, arquitetos da conferência de Bretton Woods e, muito embora não tenham sido aprovadas as propostas do economista britânico John Maynard Keynes, tendentes a instituir uma moeda contábil de referência internacional (o *bancor*), houve acordo quanto ao retorno a um regime de paridades correlacionadas entre as moedas (fixas, mas ajustáveis, após aprovação dos membros), tomando como base o dólar, ou seu equivalente em ouro, à razão de 34 dólares por onça de ouro. Não tinha sido prevista, a despeito do que se crê habitualmente, a liberdade de movimentação dos capitais exclusivamente financeiros, cuja administração não faz parte do mandato atribuído pelos países membros ao FMI: sua jurisdição compreende tão-somente o compromisso com os pagamentos de operações comerciais (transações correntes).

Bretton Woods não tem tanto a ver com a presumida “liberdade dos mercados”, mas sim com o mau funcionamento desses mesmos mercados, seja na contenção de pânico bancários e hemorragias financeiras, seja na alocação adequada ou satisfatória de recursos financeiros para determinados países que não contam com aportes voluntários de capitais privados, sob a forma de investimentos diretos, por exemplo, ou que não dispõem de condições mínimas para contrair empréstimos no sistema bancário comercial. O FMI – que nunca chegou a ser um “emprestador de capitais de última instância”, como queria Keynes – é chamado, precisamente, quando os mercados falharam ou se mostraram incapazes de cumprir suas funções alegadamente saneadoras ou corretoras de desequilíbrios. Num certo sentido, ele é o “antimercado”, pois que representando uma intervenção de “tecnocratas” para restaurar situações de equilíbrio instável e aportando recursos quando a “mão invisível” deixou de fazê-lo ⁴.

Em Bretton Woods, os Estados Unidos se mostraram sensíveis aos interesses soviéticos, em parte porque previam um grande intercâmbio entre matérias-primas soviéticas e manufaturados norte-americanos, o que, depois, revelou-se ilusório. Em virtude dessa disposição favorável por parte dos Estados Unidos, a União Soviética conseguiu a terceira maior subscrição no esquema inicial do FMI e, quando os delegados soviéticos se recusaram temporariamente a contribuir com uma quantidade equivalente (1,2 bilhão de dólares) para o Banco Mundial, a delegação dos Estados Unidos arranhou-se para que os países ocidentais compensassem a lacuna. Em síntese, se acertou uma quota para a

⁴ Ver este capítulo: “Diplomacia financeira: o Brasil e o FMI, de 1944 a 2011”, no livro de Paulo Roberto de Almeida, *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

URSS que pouca ou nenhuma relação tinha com sua importância no comércio mundial, mas que foi estabelecida como reconhecimento de sua importância política; mais ainda: vários dos mecanismos desenhados no FMI e no Banco Mundial foram concebidos especialmente para as economias socialistas, entre eles, a atribuição de um poder de voto desproporcional para a URSS. Sem embargo, na data limite de 31 de dezembro de 1945, a URSS não ratificou os acordos de Bretton Woods, ficando assim de fora das primeiras instituições econômicas legitimamente multilaterais que o mundo passou a conhecer⁵.

A questão do comércio também recebe atenção prioritária no processo de restauração econômica então em curso. Mas, apesar de a conferência de Bretton Woods ter reafirmado a importância do estabelecimento de um sistema multilateral de comércio, não houve tempo para negociar um acordo a respeito: a tarefa ficou para a conferência de Havana (1947-48), da qual emergiu, efetivamente, um documento intitulado “Carta de Havana Instituinte a Organização Internacional do Comércio”, dando assim acabamento ao tripé econômico multilateral concebido e iniciado em Bretton Woods⁶. A versão final da Carta da OIC foi assinada, em 24 de março de 1948, por representantes de 53 países, incluindo os Estados Unidos. Para obter tal acordo, a Carta da OIC incluía tantas exceções, lacunas e ambiguidades deliberadas – inclusive para acomodar os interesses dos países socialistas participantes – que mesmo seus partidários mostravam muito pouco entusiasmo por ela – apenas dois países chegaram a ratificá-la: a Austrália de forma condicional e a Libéria incondicionalmente. O GATT, que havia sido negociado previamente em Genebra e que deveria ter sido absorvido pela prometida OIC, precisou desempenhar-se sozinho, sendo aplicado “provisoriamente” durante quase meio século, aliás.

⁵ O principal negociador americano em Bretton Woods, Harry Dexter White, o segundo homem do Departamento do Tesouro e assessor de confiança do Secretário Henry Morgenthau, foi depois acusado de ser um espião a serviço da União Soviética; ele teria, nessa condição, favorecido as posições pró-soviéticas da administração Roosevelt, inclusive facilitando a inclusão de cláusulas acolhedoras das instituições econômicas socialistas nos acordos de Bretton Woods, além de ter, ademais, oferecido generoso financiamento americano para cobrir a dotação concedida à URSS nesses acordos, cota totalmente desproporcional às reais dimensões da economia soviética (acordos aos quais Stalin, finalmente, objetou). Ver, a propósito, o livro de Craig R. Bruce, *Treasonable Doubt: The Harry Dexter White Spy Case*. Lawrence: University Press of Kansas, 2004.

⁶ Para a participação da delegação do Brasil na conferência de Havana, tal como registrada nos arquivos do Itamaraty, ver o maço “Diversos no Exterior”: Conferência de Comércio e Emprego (Delegação do Brasil): Ofícios recebidos, de março de 1947 a março de 1948. Para um relato pessoal, até anedótico, sobre a participação do Brasil na conferência de Havana, ver as memórias de Roberto Campos: *A lanterna na popa: memórias*. 4a. ed. rev. e aum.; Rio de Janeiro: Topbooks, 2004, 1o. vol. Essa participação foi examinada neste ensaio de Paulo Roberto de Almeida: “A diplomacia do liberalismo brasileiro”, In: José Augusto Guilhon de Albuquerque; Ricardo Seitenfus; Sergio Henrique Nabuco de Castro (orgs.), *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*, 2a. ed.; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006, vol. 1: *Crescimento, Modernização e Política Externa*, p. 211-262.

A Carta de Havana continha, efetivamente, diversas recomendações de políticas de “pleno emprego”, um capítulo sobre investimentos e disposições especiais aplicáveis aos produtos de base: sistema de estabilização de receitas, subsídios à exportação, inclusive sobre acordos governamentais. Esses acordos poderiam compreender a “regularização da produção ou o controle quantitativo de exportações ou importações”, ou a “regularização de preços”, mecanismos que tinham sido concebidos em grande parte por causa dos países socialistas, dos diversos experimentos de dirigismo econômico nos capitalismo do imediato pós-guerra e dos poucos países em desenvolvimento participantes. Esses dispositivos contribuíram para tornar o texto da Carta suficientemente ambíguo, e contraditório, de forma a dificultar sua aprovação ulterior no momento das avaliações nacionais para eventual ratificação.

Contrariamente, portanto, ao que habitualmente se crê, os sistemas concebidos em Bretton Woods e desenvolvidos em Havana eram (positivamente) neutros do ponto de vista político, permitindo a convivência política e econômica, numa mesma estrutura, de países capitalistas, de um lado, e dos socialistas, de outro. Na verdade, em Bretton Woods, os Estados Unidos previam mais problemas com o Reino Unido (e com alguns outros países europeus) do que com a própria União Soviética, com a qual eles procuravam se acomodar nessa primeira fase. Mas, mesmo depois de plenamente implantada a Guerra Fria política, as relações econômicas entre capitalistas e socialistas se desenvolveram de modo quase normal, não fossem pelos controles exercidos sobre certas exportações – monitoradas justamente para criar mecanismos de contenção no acesso dos socialistas a tecnologias sensíveis, através do Cocom (Comitê de Coordenação de Exportações, funcionando em Paris) – e pela própria mediocridade econômica, comercial e sobretudo financeira e tecnológica dos países socialistas, o que limitava a intensidade dos intercâmbios. Mesmo um historiador marxista como Hobsbawm – enviesado como ele é contra o capitalismo – reconhece a “marginalidade” econômica fundamental dos países socialistas no quadro dos intercâmbios globais: ainda que criticando ideologicamente as economias de mercado, ele não deixa de reconhecer a mediocridade das economias socialistas⁷.

⁷ Ver o livro de Eric J. Hobsbawm que encerra o seu ciclo dos manuais históricos: *Age of Extremes: The Short Twentieth Century, 1914-1991*. London: Penguin, 1994. Compatível com as preferências políticas do seu autor, o livro dá uma importância desmesurada ao “socialismo real”, como se, à parte o papel estratégico da URSS na Guerra Fria, esse sistema tivesse tido qualquer importância na construção do mundo moderno, em termos de ganhos de produtividade econômica, de abundância de capitais para fins de investimento, ou de inovações tecnológicas de monta, suscetíveis de influenciar o curso da história contemporânea; deve-se reconhecer que, excetuando-se alguns avanços científicos dignos de registro – em grande medida provocados pela pressão competitiva do capitalismo –, o socialismo foi medíocre em toda a sua extensão, sem mencionar o custo humano fabulosamente elevado (e desnecessário) que ele provocou.

A “guerra fria econômica” se distingue, em todo caso, da Guerra Fria geopolítica, sob diversos aspectos. Sabe-se, por exemplo, que os países europeus sob ocupação soviética não estavam excluídos de eventual ajuda americana, no quadro do Plano Marshall, se por acaso decidissem participar dos esquemas organizados em 1947-1948, e que previam transparência de dados econômicos, fornecimento de estatísticas fiáveis, e participação em mecanismos multilaterais de coordenação com vistas a administrar essa ajuda pelos canais da pela OECE, a organização europeia de cooperação econômica (depois substituída pela OCDE, em 1960). Quando Stalin vetou essa participação, para não revelar, justamente, dados econômicos que ele considerava sensíveis, os americanos respiraram aliviados, pois os recursos seriam insuficientes para cobrir as necessidades de todo o continente.

Ainda no plano econômico, é certo que as organizações de Bretton Woods foram usadas também para fins políticos, mas elas não excluíam, a priori, os países socialistas, da mesma forma como o GATT nunca o fez; aqueles que se afastaram dessas entidades “capitalistas” o fizeram por sua própria vontade – ou pressionados pela URSS – mas vários ficaram, durante toda a era da Guerra Fria política. A divisão fundamental foi dada, não pela discriminação dos “capitalistas” – que sempre tinham em mente ganhar todo tipo de mercado – mas pela incapacidade própria dos países socialistas em participar dos fluxos normais das economias de mercado. Quando os europeus ocidentais se organizam dentro da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (1951) e, mais tarde, no mercado comum europeu (tratados de Roma, 1957), os socialistas criaram um arremedo de mercado comum – o Comecon – que de fato era uma simples divisão socialista da produção administrada inteiramente pela URSS.

Os socialistas permanecem à margem da maior parte das organizações multilaterais econômicas, sempre denunciando a “iniquidade” dos mercados capitalistas e tentando atrair os países em desenvolvimento para seus esquemas dirigistas e de planejamento centralizado. Muitos o fizeram, como a Índia, por exemplo, que por isso mesmo permaneceu atrasada e com baixas taxas de crescimento durante suas décadas de socialismo light (e de estatização extensiva). O “fim” do mundo de Bretton Woods – a partir da desvinculação do dólar em ouro, decretada unilateralmente pelos EUA em 1971 – foi mais um sinal, não tanto da decadência econômica dos países ocidentais, mas sim das “contradições capitalistas”; foi, em todo caso, um “acidente de percurso” que, ao precipitar a alta dos preços do petróleo, em 1973, mudou parcialmente o relacionamento econômico entre países capitalistas e socialistas na sequência desses eventos momentosos. O cartel do petróleo, em grande medida dominado pela OPAEP (países árabes exportadores),

deu uma oportunidade excepcional à URSS de aumentar sua presença nos mercados mundiais de gás e petróleo, e também abriu caminho às exportações de petróleo da China (que continuarão até o início dos anos 1990, invertendo-se dramaticamente depois, quando, aliás, ela já não era mais efetivamente socialista).

A partir dos anos 1980, a guerra fria econômica não tem mais nenhuma razão de ser, pois os socialistas se incorporam progressivamente aos mercados mundiais – inclusive tomando enormes volumes de empréstimos em eurodólares – e passam a reformar suas estruturas econômicas esclerosadas num sentido “market-friendly”. Não foi suficiente, como se sabe, pois, com exceção da China – que sob a “NEP” de Deng Xiao-ping opera uma das mais formidáveis conversões ao capitalismo de que se tem notícia nos anais do socialismo mundial – todos os socialismos vão implodir economicamente no final dessa década, juntamente com a reformas políticas iniciadas com os processos de perestroika e de glasnost, conduzidos na URSS por Gorbachev. Para todos os efeitos práticos, o socialismo deixou de existir em 1991, permanecendo apenas duas ilhas de miséria nas antípodas – Cuba e Coreia do Norte – que não tem nenhuma importância econômica, ou sequer geopolítica, no sentido pleno da palavra.

A NOVA “GUERRA FRIA” ECONÔMICA E SEU SIGNIFICADO POLÍTICO

O termo “guerra fria”, aplicado à vertente econômica, pode parecer exagerado para estes tempos de “fim da geografia”, mais do que “fim da História”. Afinal de contas, quase todos os antigos países socialistas operaram transições mais ou menos acabadas em direção ao capitalismo, embora este “modo de produção” possa parecer relativamente “mafioso”, como visto em certos casos excessivamente impregnados, ainda, pelo velho modelo soviético de organização política e econômica (como em algumas ex-satrapias da Ásia central). Em qualquer hipótese, não existe nenhum poder efetivo de Estado, no sentido geopolítico da palavra, contestando a globalização capitalista, a não ser tribos de irredentistas gauleses organizados pela ATTAC – a Associação pela Tobin Tax e de Apoio aos Cidadãos – e seus êmulos ao redor do mundo, anarquicamente associados nos convescotes anuais do Fórum Social Mundial, um esquizofrênico conclave de antiglobalizadores que não apresentam nada de inteligente, ou de factível, como alternativa ao velho e duro capitalismo de mercado. Os próprios antiglobalizadores jamais conseguiriam organizar seus ruidosos – e inócuos – encontros, se não fossem as maravilhas que lhes são oferecidas, gratuitamente, pode-se dizer, pela globalização capitalista, em termos de

comunicações e disseminação de informações; nisso, eles são totalmente ingratos em relação à globalização⁸.

A China, como mencionado, realizou a mais fantástica conversão ao capitalismo de que se tem notícia desde os albores desse sistema, vários séculos atrás. Deve-se dizer, incidentalmente, que se tratava da maior e da mais avançada economia “de mercado”, quando a Europa ainda não tinha construído seus Estados nacionais e logrado unificar seus mercados. Não obstante, pouco depois, os mesmos europeus invadiram e esquarteraram a China, a partir do século 19, quando o império Qing já tinha entrado em decadência econômica e política (justamente devido ao fato de a China ter cortado seus laços com os mercados mundiais)⁹. De todos os países incorporados tardiamente à globalização capitalista, no último terço do século 20, é a China o país que exibiu, possivelmente, o melhor desempenho econômico ao longo de mais de três décadas de contínuo crescimento econômico, processo alimentado por altas taxas de poupança e de investimento: nunca antes, na história econômica mundial, se tinha registrado tal performance econômica, e provavelmente nunca mais se verá fenômeno semelhante no futuro previsível (suas taxas inacreditáveis de crescimento econômico foram parcialmente imitadas pela Irlanda, com a diferença que se tratava, tão simplesmente, de um país capitalista atrasado, integrado a um mercado comum aberto).

Mas a China não representa o equivalente econômico do antigo contendor geopolítico que representou a URSS, vis-à-vis os EUA, na época da Guerra Fria “clássica”. Seu papel é outro e sua missão, nos quadros da globalização capitalista, assumirá outras feições do que aquelas desempenhadas pela alternativa soviética, ou comunista, às democracias de mercado nos quarenta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. A União Soviética representava, de fato, um sistema oposto e abertamente hostil ao universo capitalista capitaneado pelos EUA; sua missão histórica, como já lembrado ao início deste trabalho, era – ou pelo menos deveria ser – a de “enterrar o sistema capitalista” (apud Kruschew). Bem, se ela não o fez não foi por falta de vontade de seus líderes ou por alguma adesão deficiente à verdadeira crença na racionalidade superior do socialismo como sucessor natural do capitalismo: o fracasso deveu-se apenas e tão somente

⁸ Ver Paulo Roberto de Almeida, *Globalizando: ensaios sobre a globalização e a antiglobalização*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011, uma coleção de ensaios que discute e refuta todos os argumentos equivocados dos antiglobalizadores.

⁹ Ver os dois capítulos sobre a China no livro de história econômica de David S. Landes: *A Riqueza e a Pobreza das Nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 1996.

à incapacidade estrutural do socialismo centralizado, de propriedade e planificação estatais, em sustentar um modo de produção mais eficiente do que o velho capitalismo denunciado por Marx.

A razão, na verdade, é muito simples: diferentemente do socialismo de tipo marxista – um sistema inteiramente concebido no cérebro de um homem, sendo portanto falho, por mais genial que fosse seu idealizador –, o capitalismo é impessoal, absolutamente anárquico em suas diversas manifestações concretas, podendo desenvolver-se sob variadas formas, segundo ritmos e estruturas sociais e políticas muito diferentes¹⁰. Os chineses, à diferença dos russos, tinham décadas, ou séculos, de economia de mercados mais ou menos sofisticados, ademais de terem adentrado no socialismo em condições bastante diferentes dos soviéticos; de resto, tanto Taiwan e Hong-Kong, quanto a diáspora chinesa na Ásia Pacífico ou alhures, ofereciam vitrines capitalistas muito mais eficientes, e prósperas, do que o maoísmo delirante dos anos 1950 e 1960. Deng Xiao-ping, o grande promotor do capitalismo na China, tinha trabalhado e estudado na França, nos anos 1920, e descobriu muito cedo – no grande salto para a “fome” do início dos anos 1960 – que não apenas o maoísmo, como o próprio socialismo eram incapazes de criar prosperidade para o povo chinês¹¹.

Independentemente, porém, dos vetores sociais, políticos e econômicos que estão conduzindo a China de volta a uma forma peculiar de capitalismo – mas não, obviamente, a uma democracia de mercado, o que ela simplesmente nunca conheceu, em toda a sua história moderna – o fato é que se assiste na China, nas últimas décadas, não exatamente a uma revolução econômica com impacto na economia mundial, mas apenas a uma evolução “natural” do capitalismo chinês, com potencial para alterar a geoeconomia da economia globalizada, como se procura demonstrar.

Em condições “naturais” de desenvolvimento da interdependência econômica internacional – ou seja, de funcionamento “normal” da economia mundial, sob a égide das organizações representativas da globalização, como são as instituições de Bretton Woods, o GATT e a OCDE –, essa integração da China aos circuitos mundiais da economia de mercado deveria ser realizada de forma relativamente tranquila, como ocorreu, por exemplo, com os “periféricos” da Europa meridional, com os emergentes dinâmicos da Ásia oriental e com alguns capitalistas “substitutivos” da América Latina, como o próprio Brasil.

¹⁰ Ver, sobre o assunto, Jean Baechler, *Les Origines du Capitalisme*. Paris: Gallimard, 1971.

¹¹ Cf. Ivan Quagio, *Olhos Abertos: A História da Nova China*. São Paulo: Francis, 2009.

Mas duas ordens de fatores vêm impulsionando essa integração algo “crispada” da China à globalização capitalista, um de natureza econômica, outro de origem política. Na primeira vertente, deve-se considerar que a China decaiu muito ao longo de seu declínio secular, entre os séculos 18 e 20: saindo de uma “massa atômica” econômica equivalente a quase um terço do PIB mundial, no final do século 18, ela retraiu-se a menos de 5% do PIB mundial, no auge do maoísmo delirante, conduzindo sua população a uma pobreza ainda mais extrema do que aquela conhecida nos tempos das dinastias imperiais. A principal consequência disso é que, agora, a China precisa fazer um esforço extraordinário para retirar algumas centenas de milhões de pessoas de uma miséria abjeta e convertê-las a uma situação de pobreza aceitável, o que os dirigentes chineses chamam de “moderada prosperidade”¹². Na outra vertente, a autocracia do partido comunista impede um diálogo aberto entre a China e as demais potências capitalistas – o que mesmo a Rússia “autocrática” vem logrando obter no quadro do G8, independentemente de ainda não ter sido incorporada, como a China, à OMC – o que representa custos e dificuldades do ponto de vista da coordenação econômica mundial.

O que assistimos, portanto, é uma situação de transição – como a velha Guerra Fria, aliás, de clara identificação kissingeriana, que o próprio, diga-se de passagem, considerava uma situação normal, quase o mundo “restaurado” de Viena – que vai mover as placas tectônicas da economia mundial do universo euro-atlântico dos séculos 15 a 20 para a nova geografia do Pacífico norte que deve impor-se pelo resto do século 21. Esse é talvez o mundo sino-americano, a economia da Chimérica, como gosta de referir-se o historiador Niall Ferguson, em seus muitos artigos mais de feitura jornalística do que de densidade propriamente historiográfica.

Mas a Chimérica imaginada por Ferguson não é exatamente um mundo de harmonia capitalista e de convergência de propósitos, e sim um mundo de intensa competição estratégica, ainda que não por vetores militares – como gostariam de acreditar os “planejadores” do Pentágono –, e sim a golpes de manufaturas e de transações financeiras (com muita espionagem tecnológica embutida e vários golpes baixos nos terrenos cambial e de manipulações políticas nas principais negociações econômicas multilaterais). Este é o mundo em que a China precisa continuar retirando milhões de pessoas de uma miséria ancestral – e, portanto, destruindo empregos industriais no resto do mundo

¹² Cf. Paulo Roberto de Almeida, “Falácias acadêmicas, 13: o mito do socialismo de mercado na China”, Espaço Acadêmico, ano 9, n. 101, outubro 2009, p. 41-50; disponível: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/8295/4691>. Ver também: Jean-Luc Domenach, *La Chine m’inquiète*. Paris: Perrin, 2009; Maurice Meisner, *La China de Mao y después: una historia de la República Popular*. Córdoba: Comunicarte, 2007.

– e um mundo, no polo oposto, em que os EUA, e seus parceiros menores ocidentais, precisam defender suas posições adquiridas nas últimas décadas, ainda que à custa de um “congelamento” das instâncias decisórias nas velhas instituições herdadas do mundo de Bretton Woods. O choque de posições – não apenas entre a China e as velhas potências capitalistas, mas também entre estas e os novos emergentes dinâmicos – parece, portanto, inevitável.

Esta nova Guerra Fria Econômica emerge a partir de mudanças estruturais na economia mundial, já em curso desde os anos 1980, quando a China começou a flexionar os seus músculos novamente. Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento deixaram de implementar projetos nacionais, ou introvertidos, de desenvolvimento nacional e abriram-se aos investimentos estrangeiros. Desde então, a economia mundial foi transformada irreversivelmente, embora gradualmente.

Mas nem tudo, obviamente, mudou. As principais instituições de tomada de decisões no campo econômico ainda continuam a ser o que sempre foram, com a mesma distribuição do poder de voto: pequenas potências europeias conservam “direitos” nesses organismos que já não exibem nenhuma correspondência com o seu poder econômico efetivo. O FMI e o Banco Mundial estão em meio a um “trabalho de parto” para definir uma nova repartição de votos, mais consentânea com as novas realidades, tendo já operado algumas acomodações. Ainda assim, “desigualdades estruturais” persistem: os votos coletivos da China, da Índia e do Brasil são, no total, 20% menores do que os da Bélgica, dos Países Baixos e da Itália, a despeito do fato que o PIB conjunto dos primeiros três países é quatro vezes maior do que aquele dos três últimos; eles têm uma população 29 vezes maior do que seus contrapartes europeus.

Estas são algumas das razões, mesmo se apenas “quantitativas”, para uma nova “guerra fria” econômica: esta continuará se desenvolvendo pelo futuro previsível, enquanto tais descompassos estruturais entre novas realidades geoeconômicas e velhas configurações geopolíticas predominarem pela força do hábito ou pelo peso das tradições. Não se antecipa que essa guerra fria econômica venha, algum dia, a se transmutar em guerra quente militar, pois a interdependência econômica já avançou bastante no mundo atual, considerando-se ainda a dissuasão nuclear; o que se sugere é que os pontos de fricção existirão como desavenças normais nos principais organismos econômicos multilaterais, com um ou outro conflito localizado em zonas periféricas.

O QUE FAZER, EM FACE DAS NOVAS REALIDADES?

Como administrar estas novas realidades no terreno econômico, dispondo das mesmas alavancas políticas e das mesmas velhas estruturas

de tomada de decisão como nos processos do passado? Esta é uma questão complicada, sem uma resposta clara ao dilema. Administrar a economia mundial é uma pretensão que mesmo o velho G7 nunca conseguiu alcançar nos seus tempos gloriosos. Os países desenvolvidos controlavam, então, uma grande proporção do PIB mundial e dos fluxos comerciais e financeiros. Mas eles nunca foram capazes de coordenar suas políticas macroeconômicas entre eles mesmos; menos ainda se poderia esperar que eles estabelecessem regras e metas para o resto do mundo, antes e agora.

Atualmente, com uma penosa queda da atividade nas economias avançadas, parece difícil visualizar o que poderia ser feito para restaurar o crescimento a partir de níveis próximos da estagnação em várias economias europeias. Além dos problemas cíclicos afetando as grandes economias (com as exceções da China, da Índia e de alguns outros países), existem vários desafios globais à frente, entre eles o da “nova” (imensa) acumulação de dívida nos países avançados, o da pobreza persistente nos países menos avançados, e, sobretudo, o das grandes decisões a serem tomadas em relação a desequilíbrios cambiais, a questões ambientais, a violações dos direitos humanos em países não democráticos, a piratas, a terroristas e a vários outros temas relevantes.

Uma estratégia singular poderia ser a definição de apenas uma grande meta global para a comunidade mundial: teria de ser a promoção do desenvolvimento global, não exatamente através da assistência (ou a tradicional Ajuda Oficial ao Desenvolvimento, desde sempre ineficiente¹³), mas prioritariamente através de uma real liberalização comercial, especialmente no setor agrícola, a única possibilidade efetiva para que os países menos avançados possam ser integrados à economia mundial. Os Estados Unidos e a União Europeia possuem, evidentemente, a maior responsabilidade nesse terreno, mas eles não parecem próximos de fazê-lo, inclusive porque precisam sempre contentar, e “comprar” (eleitoralmente) seus agricultores protecionistas e drogados nas subvenções estatais.

É altamente improvável que propostas consensuais relativas ao desenvolvimento global possam emergir de um fórum tão amplo quanto o G20 financeiro, muito heterogêneo para ser capaz de alcançar posições comuns. Talvez fosse mais indicado lograr uma evolução informal do atual G8 para um novo G13, interrompendo o ciclo do atual G20 (o que talvez já

¹³ Sobre o fracasso completo dos velhos modelos de assistência pública ao desenvolvimento, ver William Easterly, *The White Man's Burden: Why the West's Efforts to Aid the Rest Have Done So Much Ill and So Little Good*. New York: Penguin Books, 2007; sobre o assunto, ver Paulo Roberto de Almeida, “Falência da assistência oficial ao desenvolvimento”, *Mundorama*, 24.05.2010; disponível: <http://mundorama.net/2010/05/24/a-falencia-da-assistencia-oficial-ao-desenvolvimento-por-paulo-roberto-de-almeida/>.

seja difícil de se obter). Isso representaria agregar aos atuais membros do G8 outras cinco grandes economias, nomeadamente Brasil, China, Índia, África do Sul, e ou Indonésia ou México. A experiência demonstra que pequenos grupos informais estão mais próximos de se entenderem sobre ações concretas do que grandes órgãos institucionalizados que acabam dominados pela lerdeza burocrática e desentendimentos políticos.

É também muito mais difícil operar grandes transformações institucionais no meio de uma crise “moderada” como a que o mundo está vivendo desde 2008 (e que já mudou de feições em 2010-2011). Com efeito, a despeito do que se crê com base na plethora de matérias jornalísticas de teor visivelmente catastrofista dos últimos três ou quatro anos, o mundo atravessa uma recessão muito mais moderada – talvez uma nova grande contração, não mais do que isso, como argumentou Kenneth Rogoff¹⁴ – do que os cataclismos ocorridos nos anos 1930 e em decorrência das duas guerras globais do século 20. A amplitude e a diversidade das informações disponíveis atualmente – com ampla cobertura de todas as crises, agudas ou crônicas, em todas as partes do mundo, torna difícil moderar as análises com respeito aos problemas muito “limitados” que os países atravessam atualmente, problemas em nada parecidos com as “tragédias” econômicas e sociais do passado.

A outra dificuldade analítica, de natureza mais conceitual do que propriamente empírica – ou seja, em nada decorrente da plethora de indicadores econômicos à disposição dos “analistas” econômicos da atualidade – é a verdadeira ditadura filosófica das interpretações keynesianas quanto à natureza da crise atual e quanto aos meios de encaminhá-la de modo satisfatório. A despeito do fato de que muitos dos problemas econômicos da atualidade sejam devidos ao excesso de gastos públicos, economistas e dirigentes políticos continuam recomendando “medidas de estímulo” para a retomada do nível de atividade, como se a cura para um bebedor incurável consistisse em aplicar-lhe, não um choque de abstenção e de desintoxicação controlada, mas um programa dirigido de administração alcohólica, sob as vistas complacentes das autoridades.

Existem muitas concepções errôneas sobre as origens e o desenvolvimento da crise atual, várias delas propagadas pelos mesmos utopistas conhecidos. Não é exatamente verdade que a crise imobiliária de 2007-2008, prolongada como crise bancária internacional em 2009, tenha sido provocada pela desregulação dos mercados financeiros, ainda que a regulação flexível, ou mal implementada, possa ter facilitado a expansão de várias bolhas nos

¹⁴ Ver, de Kenneth Rogoff, “The Second Great Contraction”, Project Syndicate, 2/08/2011; disponível: <http://www.project-syndicate.org/commentary/rogoff83/English>.

mercados. O maior responsável pela bolha que provocou o desastre, porém, foram as baixas taxas de juros definidas pelos bancos centrais, a começar pelo Federal Reserve, durante um período muito longo (para ser mais preciso, entre 2002 e 2005). Da mesma maneira, mas talvez por meios e instrumentos um pouco diferentes, que os velhos Lords of Finance dos anos 1920 criaram as condições que levaram à crise de 1929 e à depressão dos anos 1930, pela sua ação ou inação, a presente crise é o resultado de políticas inadequadas dos novos senhores do dinheiro e de dirigentes políticos pouco instruídos economicamente ¹⁵.

Tampouco é verdade que a crise atual, ou as crises – já que são várias, interconectadas – são suficientemente severas para justificar o programa, que muitos recomendam, de um novo Bretton Woods, ou seja, um redesenho completo das relações econômicas mundiais, com a reestruturação das organizações existentes. Menções a uma nova arquitetura financeira internacional, ou mesmo de redistribuição do poder econômico mundial, estão em contradição com as realidades mais prosaicas dos nossos dias. Comentaristas superficiais gostam de recorrer a grandes analogias históricas – que em geral são falsas – para falar dos eventos correntes, mas o fato é que não estamos vivenciando nenhum grande ajuste posterior a alguma crise de proporções monumentais, como gostariam alguns. Vivemos, é certo, uma transição, mas não uma revolução, qualquer que seja o sentido que possamos dar a esses conceitos. Vejamos os precedentes.

UM NOVO BRETTON-WOODS? PROVAVELMENTE NÃO!

Não estamos em face de um reordenamento radical e completo da ordem mundial, após algum evento cataclísmico, afetando todos e cada um dos grandes atores da cena internacional, ou mesmo regional. Certamente, não estamos em Vesfália, em 1648; não estamos em Viena, em 1815; tampouco estamos em Paris ou Versalhes, em 1919; sequer em Bretton Woods, em 1944, e muito menos em São Francisco, em 1945. Definitivamente, não estamos em nenhum momento de refundação fundamental da ordem política e econômica internacional. Simplesmente estamos, atualmente, no meio de algo semelhante aos anos 1930, tentando administrar uma grande crise por meio de respostas nacionais, cada uma delas adaptada a circunstâncias específicas de cada país, e desvinculada dos maiores desastres afetando os demais e cada um dos países envolvidos no processo.

¹⁵ A referência aqui é ao livro de Liaquat Ahamed, *Lords of Finance: the Bankers who Broke the World*. New York: Penguin, 2009; traduzido e publicado no Brasil como *Os Donos do Dinheiro*, pela Campus.

Para ser mais preciso, estamos em algum ponto entre 1931 e 1933, ainda no meio de uma recessão, mas não numa depressão (talvez estejamos em uma nova “grande contração”, como pretende Rogoff). O nível de desemprego não é tão alto quanto em 1933, e está provavelmente alinhado com os padrões de desemprego estrutural dos nossos dias. Os fluxos comerciais e financeiros não foram tão desestruturados quanto nos anos 1930, ainda que a liberalização econômica tenha regredido: apenas revertemos a uma versão light do protecionismo comercial dos velhos tempos, mas sem cotas ou restrições quantitativas ao velho estilo.

O que deve ser feito, então? O maior problema da atualidade, em termos de uma nova organização das relações econômicas internacionais, seria a de como adquirir a legitimidade implícita ao ato de propor reformas para toda a comunidade mundial partindo de um fórum de apenas 20 países, como é o atual G20 financeiro. Para resolver essa limitação se necessitaria de um grau de confiança política entre os líderes desses países, definindo um terreno de entendimentos recíprocos entre eles que teria de ser compatível com a função de representação mais ampla que eles pretenderiam assumir em nome de toda a comunidade de nações.

Encontrar terrenos comuns é uma tarefa dura de ser alcançada no estado atual das relações internacionais, caracterizada, como já se sublinhou, por uma guerra fria econômica típica das fases de transição. Parece ser bastante difícil de se lograr uma coordenação perfeita das agendas dos grandes países avançados e das economias emergentes e, mais ainda, entre eles todos e os demais membros das organizações internacionais que eles pretenderiam “substituir”. O mundo não é, simplesmente, tão globalizado como se requereria para alcançar esse tipo de interação. Disparidades de interesses, diferenças entre níveis de desenvolvimento, desequilíbrios entre os países, vários fatores se combinam para tornar praticamente impossível um exercício de coordenação desse tipo.

Uma proposta mais modesta poderia ser se obter uma interação mais frequente – uma vez ao ano – entre os líderes do atual G20, ou eventualmente desse novo G13. Sherpas especialmente designados, encontrando-se duas vezes ao ano, poderiam ser mobiliados para discutir questões comerciais, assuntos ambientais, a proteção dos direitos humanos em países apresentando conflitos, missões de peace-keeping das Nações Unidas e outros temas do gênero, dotados de mandatos específicos de seus líderes políticos. Mas não se deve esperar pela ONU para organizar esse tipo de agenda. Já é difícil implementar qualquer coisa através da ONU, um órgão muito burocrático e passavelmente caótico. Melhor realizar a coordenação de agendas através das três mais importantes agências para a globalização contemporânea: o FMI, o Banco Mundial e a OMC.

A tarefa principal dos “novos sherpas” seria a de assegurar a coordenação econômica internacional em torno dos temas mais relevantes para a comunidade global, impedindo, justamente, que uma nova guerra fria econômica se desenvolva. Uma sugestão possível seria tentar estabelecer um “global new deal”, um novo pacto mundial, intercambiando uma proteção extensiva aos investimentos e à riqueza proprietária (patentes e coisas do gênero), assim como outras condições apropriadas para o desenvolvimento da atividade produtiva no plano microeconômico, do lado dos países em desenvolvimento (ou recebedores de IDE), contra práticas de licenciamento extensivo e investimentos efetivos e liberalização comercial da parte dos países ricos e dos investidores privados. Esse tipo de pacto, ao ampliar os direitos proprietários para os ricos, poderia resultar no fortalecimento dos fluxos de investimentos financeiros e de comércio para os pobres, dando um grande impulso à globalização.

A assistência tradicional ao desenvolvimento, por ineficiente, deveria ser substituída, essencialmente, por um novo foco nas melhorias educacionais graduais, ou seja, um extenso programa para a qualificação de recursos humanos. A assistência, enquanto tal, deveria ser limitada à implementação de um programa consistente de erradicação da maior parte das doenças infecciosas nos países africanos e em vários outras nações em desenvolvimento. A maior razão para a persistência da pobreza nesses países não é exatamente a falta de recursos, mas a ausência de governança e sua não-integração à economia mundial através de vínculos comerciais.

Considerando que questões de governança democrática e de proteção dos direitos humanos podem ser um desafio para países como a China, ou mesmo, talvez, para a Rússia, o alvo principal da agenda do atual G20, ou de um novo G13, poderia ser a adoção de altos padrões de governança pública na acepção técnica desta expressão. Na atual fase de guerra fria econômica pode ser precoce a tentativa de se fazer da governança democrática e do respeito pelos direitos humanos o critério decisivo para a cooperação bilateral ou multilateral.

Mas estes devem ser os fins últimos de qualquer tipo governança global. Em última instância, a agenda de Fukuyama permanece atual e absolutamente necessária ¹⁶. Esse programa não tem nada a ver com o fim da história, e sim com o fim dos regimes autoritários e fechados economicamente. As revoltas nos países árabes e muçulmanos ainda provam esse ponto: os povos não se revoltam apenas por falta de pão (ou de emprego), mas também por falta de liberdade. O empenho dos dirigentes da

¹⁶ Ver, novamente, o artigo de Paulo Roberto de Almeida: “O Fim da História, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou?”, Meridiano 47, op. cit.

China – o país que mais cresce na atualidade, e o que mais cresceu em escala histórica até agora – em reprimir qualquer manifestação política, em meio a um processo real de melhoria nas condições de vida de sua população, confirma o argumento em favor da liberdade econômica e política. Se existe algum determinismo na História, este parece ser o único aceitável.

Em todo caso, a mesma China continuará, pelo futuro previsível, a “roubar” empregos de seus parceiros econômicos, pois ela tem uma necessidade absoluta de encontrar empregos de melhor qualidade para seus milhões de deserdados do campo. Mesmo possuindo uma população rural ainda importante, a China não tem condições de aumentar significativamente o emprego rural; ao contrário: se ela quiser melhorar a produtividade agrícola, hoje medíocre, de seu setor primário, ela terá de desempregar ainda mais pessoas no campo, o que pode agravar a situação do emprego urbano; por outro lado, ela não tem mais disponibilidade de terras agricultáveis e as melhores parcelas, nas proximidades das grandes cidades, vêm sendo engolidas pelo ritmo impressionante de urbanização (tudo, aliás, é impressionante, na China de hoje).

Em conclusão: não é por qualquer espírito “belicoso” que este trabalho se detém sobre o espectro de uma nova “guerra fria econômica”. Esta é a realidade do mundo atual, que deverá ser a dos cenários de médio prazo na onda corrente de globalização capitalista, que é caracterizada por chamados à coordenação de políticas, mas pela descoordenação de fato entre as principais economias do mundo globalizado. Ou seja, não haverá convergência de políticas entre os gigantes do PIB mundial, um seletto clube que não inclui, ainda, pesos médios do tipo do Brasil.

A próxima onda da interdependência capitalista – que deverá aguardar a plena redemocratização nos países árabes – compreenderá a integração desses países nos circuitos da divisão mundial de trabalho, que eles integram, atualmente, sobretudo pela exportação de petróleo e pela importação de armas. Cabe esperar, igualmente, a plena adesão da Rússia semi-czarista da atualidade aos princípios da democracia de mercado, com sua incorporação aos órgãos representativos da globalização capitalista, como podem ser o GATT-OMC e a OCDE. Aí estão, precisamente, mais alguns componentes da atual guerra fria econômica que ainda precisam ser equacionados; nesse quadro, África, América Latina, e algumas porções da Ásia do sul ainda se encontram insuficientemente integrados aos circuitos desimpedidos da globalização capitalista, por força de dirigentes políticos em total descompasso com as realidades do mundo atual: ainda que em atraso, essas “terras selvagens” da interdependência capitalista vão acabar se incorporando a esses circuitos globais, mas elas ainda precisam romper os grilhões de líderes populistas e de candidatos a caudilhos salvacionistas.

Pode ser que os historiadores do futuro já tenham nos elementos analíticos esboçados acima as caracterizações principais do mundo em transição, tal como conhecido entre a segunda metade do século XX e a primeira metade do século XXI. Por enquanto falta uma definição mais precisa para essa ordem relativamente confusa da atualidade: por isso resolvemos batizá-la, provisória e tentativamente, de “guerra fria econômica”. Talvez o conceito se imponha sobre outros concorrentes conceituais na prancheta de trabalho dos historiadores: por enquanto, ele é apenas uma aposta.

REFERÊNCIAS:

AHAMED, Liaquat. *Lords of Finance: the Bankers who Broke the World*. New York: Penguin, 2009.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “A diplomacia do liberalismo brasileiro”. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de; SEITENFUS, Ricardo; CASTRO, Sergio Henrique Nabuco de (Org.), *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. vol. 1: Crescimento, Modernização e Política Externa, p. 211-262.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Falácias acadêmicas, 13: o mito do socialismo de mercado na China”. *Espaço Acadêmico*, ano 9, n. 101, p. 41-50, out. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspaçoAcademico/article/view/8295/4691>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Falência da assistência oficial ao desenvolvimento”. *Mundorama*, maio 2010. Disponível em: <<http://mundorama.net/2010/05/24/a-falencia-da-assistencia-oficial-ao-desenvolvimento-por-paulo-roberto-de-almeida/>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “O Fim da história, de Fukuyama, vinte anos depois: o que ficou?”, *Boletim Meridiano*, Brasília, v. 47, n. 114, p. 8-17, jan. 2010. Disponível em: <<http://meridiano47.files.wordpress.com/2010/05/v11n1a03.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Uma paz não-kantiana?: sobre a paz e a guerra na era contemporânea”. [2009]. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05Docs/PRA/1987PazNaoKantianaABEDbook.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Globalizando: ensaios sobre a globalização e a antiglobalização*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os Primeiros anos do século XX: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais e Política Externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BAECHLER, Jean. *Les Origines du Capitalisme*. Paris: Gallimard, 1971.

BRUCE, Craig R. *Treasonable doubt: the harry dexter white spy case*. Lawrence: University Press of Kansas, 2004.

CAMPOS, Roberto. *A lanterna na popa: memórias*. 4. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Topbooks, 2004.

DOMENACH, Jean-Luc. *La Chine m'inquiète*. Paris: Perrin, 2009.

EASTERLY, William. *The white man's burden: why the west's efforts to aid the rest have done so much ill and so little good*. New York: Penguin Books, 2007.

FUKUYAMA, Francis. “The end of history?”. *The National Interest*, n. 16, p. 3-18, Summer 1989.

GADDIS, John Lewis. *The cold war: a new history*. New York: Penguin, 2005.

HOBSBAWM, Eric J. *Age of extremes: the short twentieth century, 1914-1991*. London: Penguin, 1994.

LANDES, David S. *A Riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras são tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus; Elsevier, 1996.

MEISNER, Maurice. *La China de Mao y después: una historia de la República Popular*. Córdoba: Comunicarte, 2007.

QUAGIO, Ivan. *Olhos abertos: a história da nova China*. São Paulo: Francis, 2009.

YERGIN, Daniel. *Shattered peace: the origins of the cold war and the national security state*. New York: Houghton Mifflin, 1977.

Recebido em: 29/09/2011

Aceito em: 29/11/2011